

INSPER – INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA

FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO

GABRIEL ZANI MORATO

**ORIGEM DAS DIFERENÇAS EDUCACIONAIS ENTRE
NEGROS E BRANCOS NO BRASIL E SEUS IMPACTOS
ECONÔMICOS**

SÃO PAULO

2018

Gabriel Zani Morato

ORIGEM DAS DIFERENÇAS EDUCACIONAIS ENTRE NEGROS E BRANCOS NO BRASIL E SEUS IMPACTOS ECONÔMICOS

Monografia para conclusão do curso de ciências econômicas

da faculdade de economia e administração do Insper –

Instituto de Ensino e Pesquisa

Orientador: Prof. Fernando Ribeiro Leite

1 – Resumo:

Esse trabalho visa estudar as diferenças educacionais existentes na população brasileira, principalmente quanto às diferenças raciais, bem como a educação no Brasil, seus impactos quanto ao desenvolvimento econômico e uma comparação com outros países.

É de conhecimento comum no Brasil que, apesar dos esforços que vem sendo feitos, ainda é uma realidade que brancos e negros estão em posições diferentes na sociedade. Essa diferenciação começa no início da vida escolar, onde há, muitas vezes, condições diferentes dependendo da raça do aluno e é prolongada por toda sua vida, inclusive no mercado de trabalho.

Através do estudo preliminar referente à base de dados longitudinal da cidade de Pelotas, que acompanhou o mesmo grupo amostral desde seu nascimento, em 1993, até 2011, pode ser percebido um *gap* de aproximadamente 20% entre no número de brancos que chegam ao final do ensino médio e o número de negros que alcançam a mesma conquista. Em um país com aproximadamente 210 milhões de habitantes, tal situação pode significar a diferença entre o desenvolvimento e a estagnação econômica, sem considerar o bem estar social.

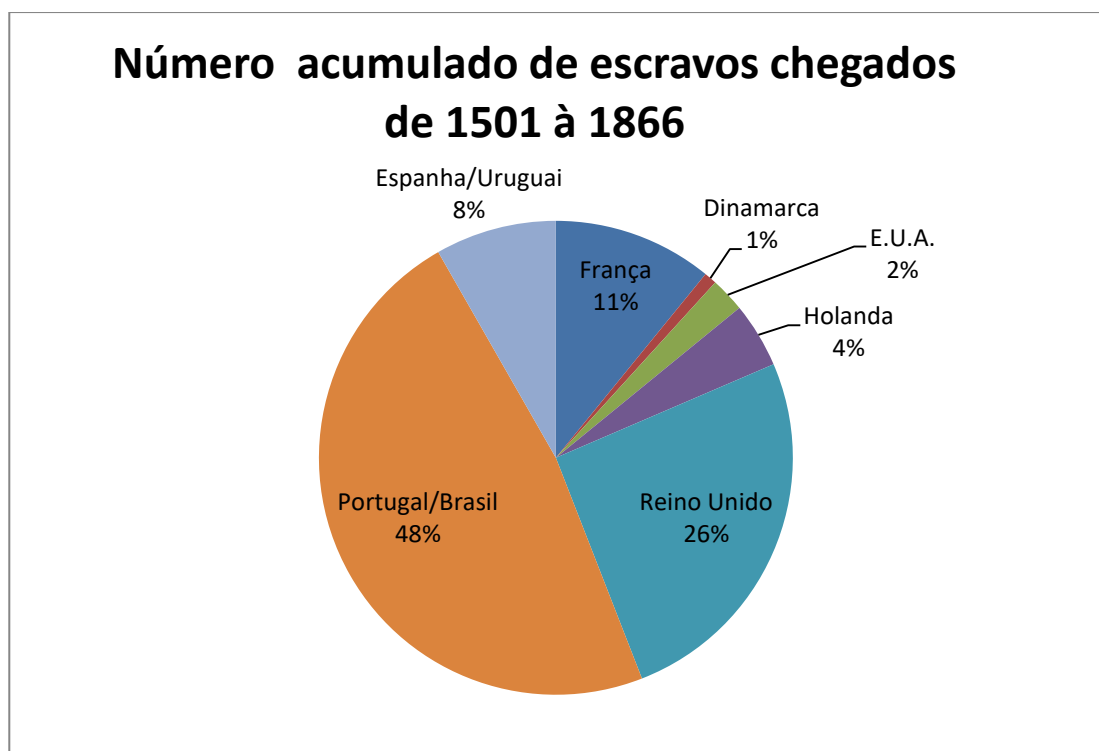
Um grande exemplo disso é o momento atual que o país vive. Depois de dois anos de crescimento negativo do PIB (2015 e 2016), onde tivemos uma retração de aproximadamente 7% no produto interno bruto, em 2017 vimos uma leve reversão nesse cenário, com um crescimento de 1%, o que ainda não nos levou a níveis anteriores a crise. Temos ainda, infelizmente, um nível de desemprego alarmante. É impossível negar que essas altas taxas não tenham relação com o nível educacional brasileiro ou com seu desenvolvimento econômico.

SUMÁRIO

1. RESUMO.....	3
2. FORMAÇÃO RACIAL BRASILEIRA.....	5
3. SITUAÇÃO ATUAL DA ECONOMIA BRASILEIRA.....	7
4. QUESTÃO EDUCACIONAL NO BRASIL.....	9
5. METODOLOGIA.....	13
6. EXEMPLO DA CORÉIA DO SUL.....	18
7. CONCLUSÕES.....	19
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	21

2 – Formação racial brasileira:

A mão de obra escrava africana foi a principal responsável pela produção brasileira desde o descobrimento das terras brasileiras até o final do século XIX. Durante esse período foram aproximadamente 5 milhões de negros que entraram no Brasil como forma de mão de obra escrava. Nenhum outro país no continente americano teve a escravidão de população negra em tão larga escala. Do total de aproximadamente 11 milhões de escravos negros vindos da África que chegaram a América, quase 50% vieram somente pro Brasil. Para efeitos comparativos, outro grande país escravista foram os Estados Unidos. Lá a escravidão durou por bem menos tempo que no Brasil (cerca de pouco mais de um século) e recebeu um número de escravos muito menor.



O tráfico de escravos havia se tornado um negócio propriamente dito. Inclusive um negócio dominado pelos brasileiros e que se mostrava muito lucrativo. Tão lucrativo que levou a invasões por parte de outros países.

Muitos acreditam que as invasões holandesas foram fundamentadas na exploração e comércio de açúcar. Porém, devido o pacto colonial, o Brasil mandava tudo para Portugal e então o açúcar seguia para a Holanda onde era refinado e transportado pela Europa. Ou seja, os holandeses já lucravam muito com o açúcar, mas perceberam que havia outro negócio que era tão lucrativo quando: o comércio negreiro. Tendo esse alvo em mente, os holandeses invadiram o Brasil duas vezes, ambas com forte intuito de dominação desse negócio altamente lucrativo.

Pela composição da população brasileira na época colonial, houve uma grande miscigenação entre diversas raças, principalmente entre portugueses, indígenas e africanos (Freyre, 1933).

Muitos se utilizam do argumento escravista para justificar a diferença de desenvolvimento presente nos Estados Unidos e no Brasil, porém, a simples presença de escravos não prova esse ponto, uma vez que ambas as economias se utilizaram desse tipo de mão de obra e inclusive do mesmo sistema de produção, o plantation de grande escala e monocultura.

Engerman e Sokoloff (1994) explicam a ideia de que os *Factor Endowments* teriam construído ou ajudado a construir essa diferença no desenvolvimento das nações. Para eles, as características intrínsecas de cada local auxiliaram no desenvolvimento de sua população e de suas instituições, mas não podem ser atribuídos avanços econômicos diretamente ligados a essa ideia.

3 – Situação atual da economia brasileira:

A primeira pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD), que visa obter informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, a incluir o critério de cor foi realizada em 1976. Havia, até então, um grande desconhecimento sobre a evolução demográfica e social dos negros, o que mostra que a preocupação de se entender o Brasil de forma completa, como a sociedade que somos efetivamente, data de pouco tempo atrás. Um bom exemplo disso é que as primeiras medidas de política afirmativa relativas à população negra foram tomadas por Fernando Henrique Cardoso, mais de um século depois da abolição da escravidão.

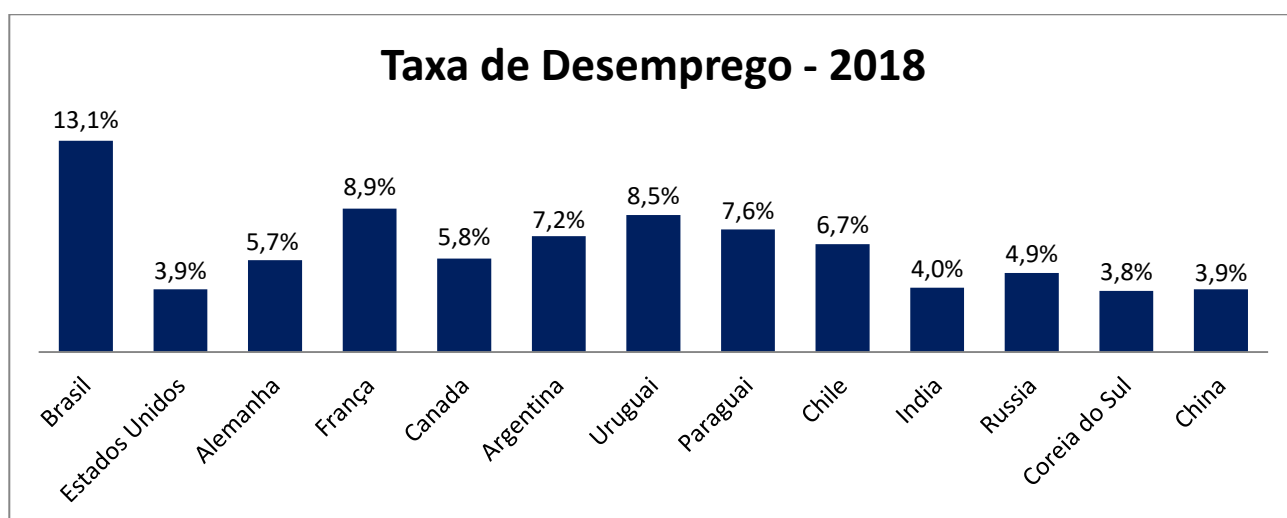
Segundo Hasenbalg e Silva (1990), os estudos eram feitos como se o Brasil tivesse uma população racialmente homogênea, o que sabemos que não é verdade. As pesquisas até então feitas não tinham conseguido relacionar raça ou cor como determinantes na escolaridade (Brandão, 1982).

Até pouco tempo atrás, sobretudo no século XX, as políticas públicas no Brasil foram pautadas no desenvolvimento econômico, mas sem se atentarem a questões sociais (Kerstenetzky, 2008), que são extremamente relevantes em um país tão dividido racialmente como o Brasil.

Porém, autores como Barros & Henriques & Mendonça (2000) e Kerstenetzky (2000) concordam que recentemente vem surgindo uma maior consciência de que a desigualdade não pode ser aceita. Um dos motivos é por levar a consequências econômicas, além das sociais. Com essa ideia em mente, a educação foi identificada

como prioritária no combate à desigualdade, segundo uma ótica de ascensão social (Reis, 2000).

Atualmente, segundo dados do IBGE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, temos quase 14 milhões de desempregados atualmente. Uma taxa de desemprego altíssima quando comparada tanto com países desenvolvidos, quanto com vizinhos brasileiros e outros países em desenvolvimento, conforme gráfico abaixo.



Segundo Menezes Filho & Kirschbaum (2015) o próprio mercado mostra a tendência de exigir profissionais cada vez mais escolarizados. Nesse sentido, uma diferença tão expressiva em um critério tão significativo acaba sendo um número importante a ser analisado, ainda mais dado seu impacto direto na economia brasileira. Dado o cenário de desemprego atual, a educação se mostra extremamente relevante ao progresso da economia brasileira.

Um ponto importante a ser notado é que, quando quebramos o PIB, vemos que a recuperação está se dando principalmente puxada pelo agronegócio. Geralmente países desenvolvidos tendem a ter uma economia mais focada em tecnologia,

enquanto países menos desenvolvidos tendem a ter uma economia mais voltada a setores como a agricultura e pecuária. Sendo assim, vemos que o Brasil não consegue ainda mudar de patamar no que diz respeito a sua organização econômica.

4 – A questão educacional no Brasil:

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”
Mandela et al (2003).

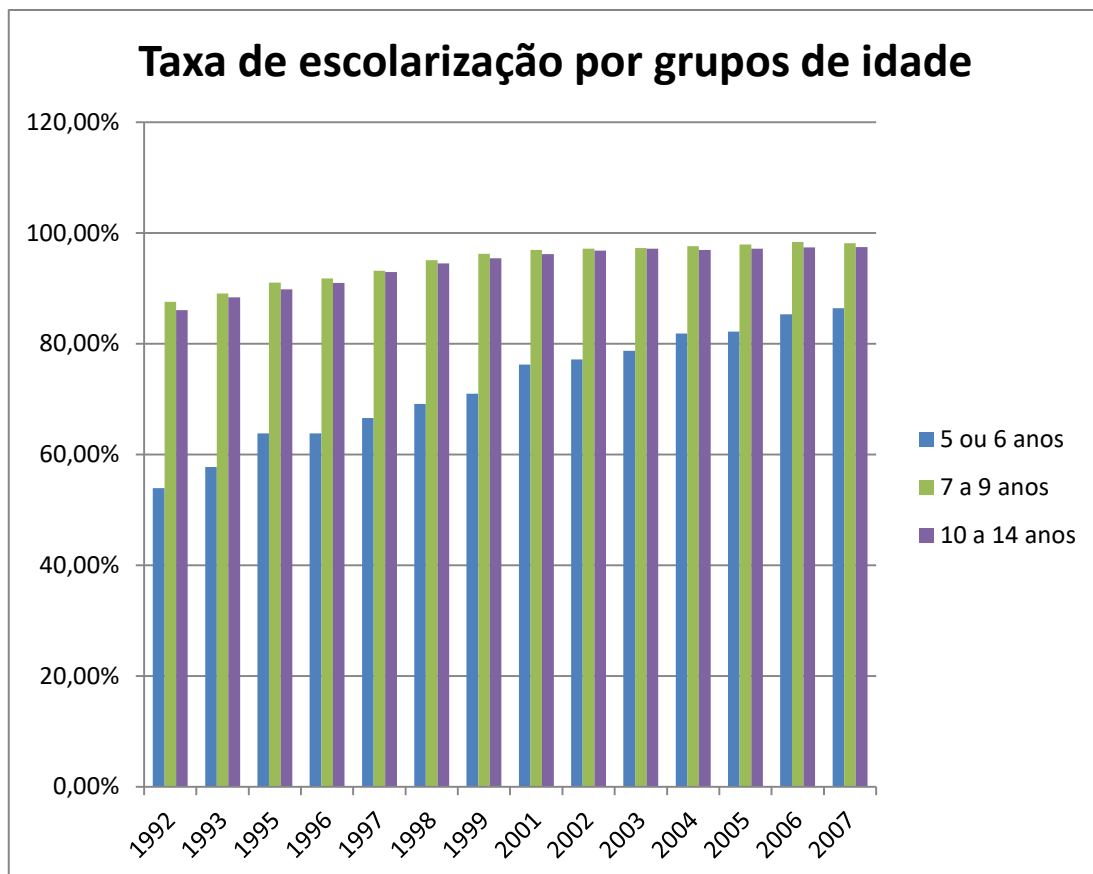
Segundo o vencedor do prêmio Nobel de economia, Gary Becker, o investimento em educação e treinamento para um indivíduo são como o investimento em maquinário para uma empresa. Essa é sua teoria do capital humano. Que faz sentido uma vez que vivemos em um mundo capitalista moldado pela revolução industrial, onde vemos diariamente que a fábula da fábrica dos alfinetes, de Adam Smith, não poderia ser mais verdadeira e similar à realidade. Indivíduos mais especializados conseguem cumprir suas funções de uma forma melhor (ou mais rápida) do que aqueles que não tiveram treinamento prévio. Essa especialização e treinamento só vêm através da educação, seja ela formal em uma escola, ou prática no trabalho.

Segundo dados do Banco Mundial, cada ano de educação gera em média 10% a mais de renda para o indivíduo. Um fator como esse tem grande potencial, tanto de desenvolvimento do produto das empresas, como do desenvolvimento da economia, pois uma renda maior tende a levar a uma poupança maior (e poupança pode ser vista como investimento) e a uma demanda maior, levando a uma demanda agregada maior.

Para a OCDE, o Brasil é um dos países que menos gastam com educação primária, mas possui um nível “europeu” de investimento em ensino superior (universidades). Isso porque o Brasil possui o foco errado quando o assunto é investimento em educação, pois os investimentos tendem a serem viesados em áreas específicas.

Através de séries do IBGE, podemos observar que, no geral, o número de crianças matriculadas cresceu quase sempre junto com o PIB brasileiro. Mas o interessante a se observar não é a quantidade de alunos somente, mas sim a qualidade do ensino oferecido. Houve pouquíssimo ou nenhum desenvolvimento da qualidade do ensino. No caso brasileiro, o enfoque governamental não tem priorizado a qualidade do ensino, mas sim a quantidade de alunos presentes. Apesar da escolaridade média dos alunos estar crescendo em número de anos, a qualidade da educação continua baixa no Brasil (CPP, 2013).

O gráfico abaixo mostra a evolução da porcentagem de estudantes de grupos etários. Através dele podemos perceber uma evolução para todos os grupos etários. Isso mostra que esforços feitos para aumentar a presença em sala de aula foram válidos e tem resultados.



Porém, taxas de repetência são altas, como também o número de jovens que deixam as escolas antes mesmo de concluírem sua educação básica. Uma maneira de se avaliar o nível da educação é através de um índice de desenvolvimento da educação, esse índice é o IDEB. Ele foi desenvolvido para mostrar o desempenho de estudantes em exames padronizados com relação ao seu rendimento escolar.

Para Menezes Filho & Kirschbaum (2015) “o Brasil é notório pela sua alta desigualdade social e baixo desempenho em termos educacionais”. Recentemente, houve um consenso nas teses de que um dos principais fatores que afetam o mercado de trabalho e a desigualdade de renda é a educação. Não só sua “quantidade de educação”, podendo ser traduzida em número de alunos matriculados, mas também sua qualidade, como medida em índices de desempenho. Sendo assim, a conclusão é que políticas educacionais tem relação direta a desigualdade (Reis & Barros, 1990).

O acesso ao ensino deixou de ser um problema no Brasil, porém a questão do ensino ainda é um problema. Novamente, não se trata de uma simples questão de frequentar uma escola, mas sim sobre a qualidade do ensino fornecido nela. Temos altas taxas de repetência e de abandono escolar.

O governo federal resolveu criar uma forma de se avaliar o nível da educação e para isso criou o IDEB. Ele é um indicador da qualidade do ensino nacional que combina informações de desempenho em exames padronizados obtidos ao final de cada etapa de ensino ensino fundamental 1 (4 série - pública); ensino fundamental 2(8 série - pública); ensino médio (3 ano – pública e privada) com informações sobre aprovação dos alunos, ou seja, é constituído pelas médias de desempenho nas avaliações e pelo fluxo escolar. Basicamente, ele faz isso multiplicando a nota padronizada de uma das provas (Saeb ou Prova Brasil) pelo inverso do tempo médio de conclusão de uma série. O IDEB dos alunos brasileiros presentes no ensino médio está estagnado há anos e desde 2013 não consegue atingir a meta do Ministério da Educação (MEC), o que mostra o sério problema enfrentado pela educação brasileira.

No IDEB, o governo federal coloca uma meta para cada fase da escola. Vemos pelos dados do próprio governo que as metas nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio não vêm sendo batidas desde 2013. Isso mostra um problema sério. Problema este ainda maior se levarmos em consideração que a meta do governo já é baixa e ainda assim ela não é alcançada.

Um exemplo é o ano de 2013 para o ensino médio. A meta do governo era de 3,9 , porém o resultado alcançado pelos alunos foi uma nota de 3,7. Já na avaliação de

2015 a meta do governo foi para 4,3 , porém os alunos se mantiveram estagnados em 3,7.

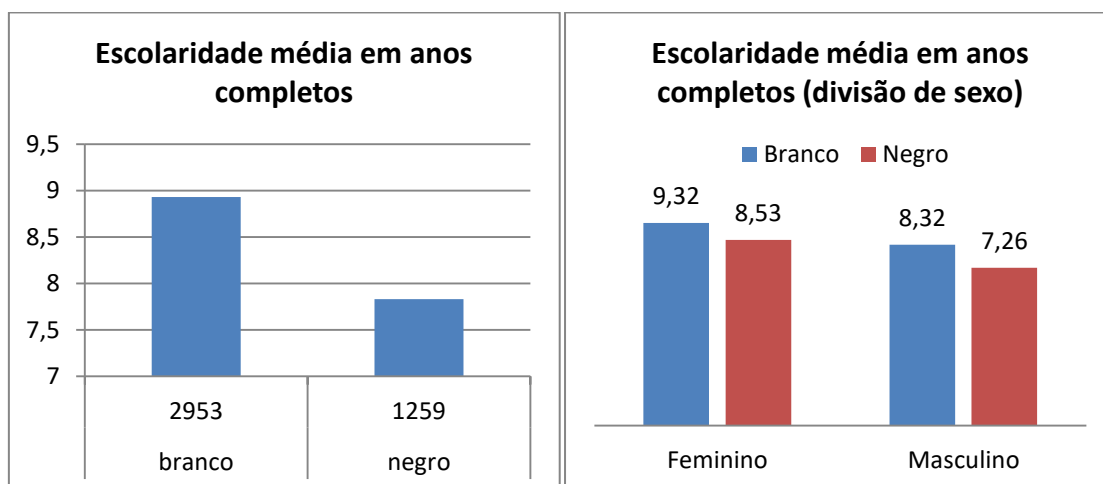
5 – Metodologia:

Será utilizada a base de dados longitudinal da cidade de Pelotas, que acompanha o mesmo grupo amostral desde o seu nascimento, em 1993, até 2011, fornecida pelo Prof. Dr. Naercio de Aquino Menezes Filho e utilizada também no projeto de iniciação científica de Gabriel Zani Morato (2017).

Conforme demonstrado por Morato (2017) a primeira tentativa seria de rodar regressões que tenham como *dummy* a questão racial. Os resultados seriam diferenciados entre brancos e negros (ou não brancos, para que a parte econométrica fosse mais direta e com melhores resultados) para encontrarmos onde se iniciam as mudanças que levam à diferenciação escolar.

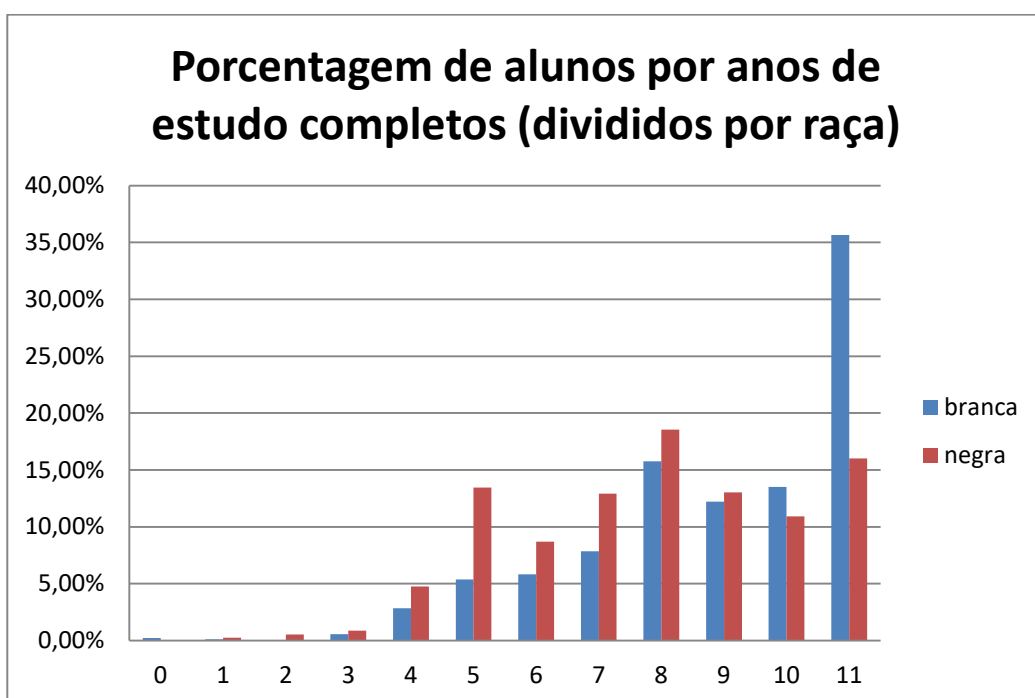
Para explicar o desenvolvimento estudantil com relação à raça, devemos também levar em conta uma série de outras características que influenciam no processo escolar. Neste processo, se fosse utilizada somente uma equação condicionando uma diferença no processo estudantil com diferenças raciais, não chegaríamos a qualquer conclusão útil, somente que ela existe. Por outro lado, utilizando equações simultâneas para brancos e não brancos (que são negros e outras minorias étnicas) separadamente, podemos ter indivíduos de características similares que obtiveram resultados acadêmicos diferentes e assim tentar entender o porquê dessa diferença. Não esquecendo que certa condição de equilíbrio seria a igualdade entre ambos os indivíduos, mesmo sem levar em conta a raça.

Pode-se perceber que há uma grande diferença quanto aos anos de estudo. Enquanto alunos brancos possuem uma média 8,93 anos de estudo, alunos negros possuem somente 7,83 anos de estudo. Diferença essa que se mantém quando são separados por sexo também. A amostra possui uma divisão bastante similar entre sexo masculino e feminino.



Tendo como base o estudo sobre Pelotas, quando olhamos quem consegue se formar no ensino médio, ou seja, 11 anos ou mais de escolaridade, vemos que, percentualmente, a fatia de brancos é muito maior que a de negros. Temos que, comparando os percentuais de sua população já dividida por raça, brancos tem quase um quarto de sua população (25%) tendo completado o ensino médio, enquanto negros tem quase 5% de sua população com 11 anos ou mais de formação. Isso mostra uma diferença gigante entre as duas populações. A população brasileira é composta por 45,5% brancos e 53,6% negros (IBGE, 2014), porém essa base de dados conta com aproximadamente 75% brancos e 25% negros, ou seja, não é uma base proporcional ao resto do Brasil, porém, da forma como esse número foi calculado, ele já ignora o tamanho de cada amostra, pois considera o percentual dentro de cada raça.

Ao analisarmos a escolaridade completa dos alunos ano a ano considerando a divisão racial, vemos outro problema. Morato (2017) também mostrou que negros tem taxas de escolaridade maiores para anos menores. Isso significa que a população negra, segundo base de dados de Pelotas, geralmente não dá continuidade a seus estudos. Já a população branca, tendo taxas maiores com mais anos completos, mostra que pode ficar (e fica) na escola por mais tempo.



A tabela abaixo mostra uma análise descritiva das variáveis utilizadas, além dos dados obtidos. Assim, podemos chegar à conclusão de que, as variáveis com maior peso na escolaridade dos filhos, segundo essa base de dados, e que também são as que mais possuem diferenças entre brancos e negros, talvez assim explicando a diferença final em anos escolares, são: número de consultas pré-natal; número de filhos na família; escolaridade da mãe.

VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	Negro	Branco
Corfilho	cor do individuo	34%	66%
Anumcons	número de consultas pré natal	6,69 / 3,58	8,22 / 3,50
Apesomae	peso da mãe no inicio da gravidez	58,13 / 10,45	58,43 / 10,65
Apesoma1	peso da mãe no final da gravidez	69,33 / 11,18	70,38 / 11,61
Aaltmae	altura da mãe	159,41 / 6,66	160,02 / 6,67
Anumfilh	número de filhos tidos	1,37 / 1,57	1,05 / 1,30
Afumou	Mãe fumou durante a gravidez	63% Sim / 37% Não	68% Sim / 32% Não
Acorpai	cor do pai	60% Negros / 40% Brancos	3,6% Negros / 96,4% Brancos
Acormae	cor da mãe	60% Negros / 40% Brancos	3,8% Negros / 96,8% Brancos
Sexonovo	gênero do bebê	53% Feminino / 47% Masculino	50% Feminino / 50% Masculino
Apesorn	peso do bebê no nascimento	3118,41 / 518,31	3204,98 / 520,60
Acompr	tamanho do bebê	48,6 / 2,33	48,92 / 2,30
Apcrm	tamanho do perímetro cefálico do bebê	34,49 / 1,60	34,74 / 1,55
Aescore	pontos conforme Dubowitz	53,30 / 5,86	53,07 / 5,29
Aesmae	escolaridade da mãe (em anos completos)	5,73 / 3,03	7,14 / 3,59
Hminasc	data do nascimento	-	-
Kescadol	escolaridade do indivíduo em anos completos	7,86 / 2,26	8,93 / 2,14
Ambmi	BMI (body mass index) da mãe	36,47 / 6,08	36,47 / 6,18

Logo, uma inferência possível é que se quisermos alterar essa diferença existente na escolaridade de negros e brancos, essas três variáveis seriam pontos interessantes para políticas públicas, uma vez que devemos tratar sempre a causa raiz e não o efeito final. Tudo se interliga formando uma sequência onde mães com menos escolaridade, mais filhos e à medida que vão tendo mais filhos, menos consultas são feitas. Os dados mostram que esse círculo não é positivo para o desenvolvimento da criança, no que diz respeito à educação formal.

A tabela abaixo mostra que três regressões foram rodadas. Todas têm como variável explicada a escolaridade dos jovens em números de anos completos. A primeira regressão foi feita utilizando todas as variáveis disponíveis, menos a cor do pai, cor da mãe e cor do filho. Já a segunda foi feita com as mesmas variáveis, mais a cor do pai e a cor da mãe, deixando somente a cor do filho de fora. A terceira foi feita como a primeira mais a cor do filho, assim não foram utilizadas as cores dos pais, pois

a cor dos filhos já é uma consequência da cor dos pais, então ela se mostrou desnecessária. As variáveis utilizadas para cor foram variáveis dummy sendo 0 para negros e 1 para brancos. A regressão que se mostrou mais próxima da realidade amostral foi a terceira, com um R-quadrado de 0,269. Apesar do R-quadrado ser relativamente baixo, podemos entender o porquê disso quando olhamos todas as várias situações e variáveis que não podem ser inseridas no modelo, ou mesmo medidas, como uma variável de garra, determinação, etc.

VARIÁVEIS	(1) Escolaridade do adolescente em anos completos	(2) Escolaridade do adolescente em anos completos	(3) Escolaridade do adolescente em anos completos
Número de consultas pré-natal	0.0913*** (0.00971)	0.0818*** (0.00968)	0.0861*** (0.00978)
Peso da mãe no início da gravidez	-0.170** (0.0781)	-0.173** (0.0776)	-0.177** (0.0776)
Peso da mãe no final da gravidez	0.00489 (0.00595)	0.00467 (0.00593)	0.00602 (0.00600)
Altura da mãe	0.0637** (0.0290)	0.0671** (0.0288)	0.0672** (0.0289)
Número de filhos anteriores ao atual	-0.237*** (0.0262)	-0.229*** (0.0261)	-0.221*** (0.0265)
Peso do recém nascido	0.000145 (9.92e-05)	0.000105 (9.88e-05)	0.000131 (9.84e-05)
Altura do recém nascido	-0.0163 (0.0204)	-0.0220 (0.0204)	-0.0236 (0.0201)
Pontos conforme pesquisa de Dubowitz	-0.00202 (0.00672)	0.00178 (0.00671)	-0.00129 (0.00683)
Escolaridade da mãe em anos completos	0.221*** (0.00917)	0.210*** (0.00925)	0.210*** (0.00948)
BMI da mãe	0.280** (0.126)	0.288** (0.125)	0.289** (0.125)
Mãe fumou durante a gravidez (dummy)	-0.352*** (0.0717)	-0.357*** (0.0716)	-0.359*** (0.0722)
Cor do pai (dummy)		0.202* (0.118)	
Cor da mãe (dummy)		0.431*** (0.118)	
Cor do filho(a) (dummy)			0.536*** (0.0717)
Constante	-3.619 (4.714)	-4.361 (4.688)	-4.037 (4.699)
Observações	3,829	3,813	3,697
R-quadrado	0.257	0.268	0.269

Medidas de erro padrão robustas entre parênteses
*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

6 – Exemplo da Coréia do Sul:

O modelo de investimento sul coreano é baseado em investimentos na educação de base, diferente do brasileiro que foca somente em ensino superior. Quando olhamos para o passado, aproximadamente 35 anos atrás, o PIB per capita da Coréia do Sul era menor do que o PIB do Brasil. Porém, em 2017 era quase três vezes maior, sendo USD 27.200 contra USD 8.600, respectivamente.

Como explicar esse crescimento? Na Coréia do Sul houve o estabelecimento do que foi chamado de *Plano quinquenal de desenvolvimento*. Porém, a implementação desse plano foi melhor do que sua criação, o que garantiu seu sucesso. Ao longo das décadas de 1960 até a década de 1990, Yoon e Souza (2001) mostram que praticamente a cada década a economia sul coreana sofria uma mudança estrutural. Ao longo da década de 1960 houve uma consolidação da indústria leve, na década de 1970 houve a consolidação da indústria pesada e química, na década de 1980 houve a busca pela estabilização econômica e formação da indústria de alta tecnologia. Os investimentos em educação foram fundamentais porque não só conseguiram suprir a demanda com trabalhadores, mas também com trabalhadores capacitados para as diversas funções e preparados para o acelerado ritmo de crescimento.

Vemos então que investimentos primeiramente em educação de base foram essenciais para depois serem feitos investimentos em educação superior. Com isso a Coréia do Sul conseguiu se desenvolver e chegar a ser a potência que é hoje. Além da educação a diversos fatores econômicos e não econômicos que levaram esse país pobre e carente de recursos naturais ao sucesso, tais quais a industrialização pesada, estratégia de comércio voltada para as exportações e fortes dirigismo do governo.

7 – Conclusões:

Como conclusão, o que deve ser revisto é a qualidade principalmente do ensino básico. Uma vez que esse é determinante não só ao desenvolvimento escolar das crianças, como também futuramente do tratamento que seus pais terão quanto a uma gravidez.

Os efeitos da educação podem ser sentidos em diversas áreas. Exemplo disso é a correlação negativa entre educação e violência. Estudos mostram que a cada 1% de investimento em educação, 0,1% do índice de criminalidade é reduzido (Becker, 2012). A atuação pública pode reduzir os níveis de criminalidade no longo prazo usando-se investimentos diretos em educação.

Para Barros e Mendonça (1997), uma redução no atraso educacional poderia elevar o crescimento da renda per capita de 15% a 30%. Tomando como exemplo o diferencial de crescimento entre o Brasil e a Coréia do Sul, país utilizado anteriormente como comparação de desenvolvimento econômico baseado em investimentos em educação, uma redução no atraso educacional representaria entre 10% e 20% de redução no crescimento econômico entre os dois países. A diminuição do hiato é tão pequena pois o nível educacional sul coreano é altíssimo, mesmo quando comparado com outros países mais desenvolvidos educacionalmente, e porque há outros fatores altamente impactantes na formação e diminuição desse hiato.

Políticas afirmativas não são eficazes, pois não focam na causa raiz do problema, sendo somente uma medida paliativa e com certo prazo de validade, não sendo útil no longo prazo. Um exemplo são as cotas, uma vez que inserem candidatos nas universidades sem considerar seu nível educacional, o que pode gerar problemas

futuros, levando inclusive a desistência do curso e conseqüentemente a inutilização de uma vaga de nível superior.

Estudos recentes, como o publicado em 2017 pelo jornal americano “New York Times”, mostram que não são gerados efeitos positivos. Esse estudo mostrou o efeito das políticas de cotas nos Estados Unidos. Esse estudo foi feito com dados de 35 anos (de 1980 a 2015) e teve como base de universidades públicas até as mais caras e prestigiadas da Ivy League. O ponto desse estudo era mostrar o que aconteceu com a representatividade de grupos de estudantes brancos e asiáticos (que não entram em políticas de cotas) e hispânicos e negros (que entram em políticas de cotas) em termos de representatividade. O resultado foi de que o peso proporcional de negros e hispânicos diminuiu ao longo do tempo, enquanto o de brancos e asiáticos aumentou. A explicação disso está presente na qualidade do ensino básico. Esse sim é um fator decisivo e determinante quanto ao ingresso no ensino superior, principalmente em escolas mais conceituadas.

Assim, a maior conclusão a ser tirada desse estudo é de que somente a educação pode levar o Brasil ao desenvolvimento econômico e social sustentável para o longo prazo. Como o antigo provérbio do filósofo chinês Laozi diz: “Dê um peixe ao homem e ele comerá por um dia. Ensine o homem a pescar e ele comerá por toda sua vida.”

8 – Referências bibliográficas:

ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.**

Companhia das Letras. 2000.

ASHKENAS, J. & PARK, H. & PEARCE, A. **Even With Affirmative Action, Blacks and Hispanics Are More Underrepresented at Top Colleges Than 35 Years Ago.** New York

Times. 2017. Disponível:

<https://www.nytimes.com/interactive/2017/08/24/us/affirmative-action.html>

BARROS, R. P. & HENRIQUES, R. & MENDONÇA, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2000.

BARROS, R. P. & MENDONÇA, R. **Investimento em educação e desenvolvimento econômico.** IPEA. 1997

BECKER, K. L. **Uma análise econômica da relação entre a educação e a violência.**

ESALQ/USP, tese de doutorado. 2012.

BRANDÃO, Z. **O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil (1971-1981).** IUPERJ/INEP. 1982.

Centro de Políticas Públicas (CPP). **Panorama educacional no Brasil.** 2014. Acessado em 12/04/2016. Disponível: [http://www.insper.edu.br/wp-](http://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2015/04/Panorama-Educacional-Brasileiro-2014-versao09-04-15.pdf)

[content/uploads/2015/04/Panorama-Educacional-Brasileiro-2014-versao09-04-15.pdf](http://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2015/04/Panorama-Educacional-Brasileiro-2014-versao09-04-15.pdf)

CHARLES, I. J. ; ROMER, M. P. **The New Kaldor Facts: Ideas, Institutions, Population, and Human Capital.** National Bureau of Economic Research. 2009.

ENGERMAN, S. L.; SOKOLOFF, K. L. **Factor Endowments: Institutions, and Differential Paths of Growth Among New World Economies**. National Bureau of Economic Research. 1994.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Global Editora. 1933.

HASENBALG, C. & SILVA, N. V. **Raça e oportunidades educacionais no Brasil**. Cad. Pesq., São Paulo (73). 1990.

KALDOR, NICHOLAS. **Capital Accumulation and Economic Growth** em F.A. Lutz e D.C. Hague. The theory of capital. St. Martins Press. 1961.

KERSTENETZKY, C. L. **Desigualdade e pobreza: lições de Sen**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2000.

KERSTENETZKY, C. L. **Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do programa bolsa família**. Revista Dados. 2008.

MANDELA, N. **Lighting your way to a better future**. Discurso no lançamento da Mindset Network . 2003. Acessado em 05/04/2016. Disponível:
http://db.nelsonmandela.org/speeches/pub_view.asp?pg=item&ItemID=NMS909&txtstr=education%20is%20the%20most%20powerful

MENEZES, N. F. & KIRSCHBAUM, C. “Educação e desigualdade no Brasil” in Arretche (org). **Trajetórias das desigualdades: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. Parte II, cap. 4. Editora Unesp. 2015.

MORATO, Z. G. **A origem das diferenças educacionais entre brancos e negros em Pelotas**. Iniciação Científica, Insper. 2017

NISBETT, R. **All brains are the same color**. The New York Times. 2007.

REIS, E. P. **Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2000.

PATRINOS, H. A. **Why education matters for economic development.** The World Bank. 2016.

REIS, J. G. A.; BARROS, R. P. **Desigualdade salarial e distribuição de educação: a evolução das diferenças regionais no Brasil.** Pesquisa e Planejamento Econômico. 1990.

SILVEIRA, D. & ALVARENGA, D. **Desemprego sobe a 13,1% em março e atinge 13,7 milhões de pessoas.** G1 – Globo. 2018. Acessado em 28/04/2018. Disponível: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/desemprego-fica-em-131-em-marco-e-atinge-137-milhoes-de-pessoas.ghtml>

YOON, T. D. & SOUZA, N. J. **Uma análise empírica sobre os fatores do desenvolvimento econômico da Coreia do Sul: 1961 – 1990.** 2001.